

Algo mais que alfabetizar

14 JAN 1986

Marco Maciel*

Ao assinar o decreto que transforma a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização em Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos — Educar, o presidente José Sarney inicia um notável esforço no sentido de erradicar o analfabetismo em nosso País.

É certo que a alfabetização em si mesmo pode não ser imprescindível à continuidade e desdobramento das formas de inserção dos iletrados na sociedade; mas é igualmente inegável que pode ela contribuir para que essa parcela da população veja abrirem-se diante de si insuspeitadas perspectivas e conquiste um novo patamar no que concerne à percepção de possibilidades que, em diversos campos de atividade, oferece o mundo de nossos dias. Como em recente declaração aos bispos brasileiros, afirmou o Papa João Paulo II: "não existe possibilidade de desenvolvimento, de integração social, nem de autêntica liberação, se não se começar por eliminar o analfabetismo, dar instrução, educação de base, cultura".

De fato, tornou-se consensual nas últimas décadas o entendimento de que os esforços de alfabetização só terão pleno sentido na medida em que estejam associados a um programa educativo através do qual os recém-alfabetizados possam assimilar, de forma sistemática, os conhecimentos que constituem o núcleo fundamental do ensino básico, evitando a regressão e elevando o domínio sobre o saber sistematizado. Isso é dado pela articulação imediata da ação al-

fabetizadora com o ensino básico supletivo, assegurando-se a possibilidade de continuação dos estudos através de programas que — analogamente aos de alfabetização — deverão atender às condições da população a que se destinam tendo em vista suas características de idade, experiência de vida ou cultura, observadas as especificidades regionais.

Desta perspectiva é que se pode melhor sopesar a dramaticidade que encerra um quadro estatístico de cerca de 20 milhões de analfabetos na população de 15 anos e mais, além de outros tantos milhões de brasileiros expostos à regressão ao analfabetismo. Aí está a expressão mais clara do malogro de uma política educacional que não exibiu a realização de esforços suficientes para um desenvolvimento pleno de nosso sistema básico de ensino. Não foram poucos os programas governamentais que se dedicaram à questão da alfabetização e educação de adultos: no entanto, por conhecidos motivos de caráter técnico e político, tais programas não lograram o êxito que deles se esperou.

A Fundação Educar surge como uma resposta a essa exigência. Desempenhará o seu papel em consonância com o princípio que baliza o desenvolvimento da ação do Governo Federal em estreita colaboração com os demais entes federativos, de sorte a alcançar progressivamente uma solução definitiva para a educação de jovens e adultos nos sistemas regulares de ensino estaduais e municipais.

Um programa voltado para tais objetivos exige que se eleve a oferta de educação continuada

para todas as faixas do contingente jovem e adulto, como condição para o desenvolvimento educativo-cultural do País. Ações deverão, pois, ser realizadas associando os poderes públicos, em todos os níveis, e entidades da sociedade civil, incorporando as universidades e escolas de 2º grau, bem como as instituições dedicadas à educação através de rádio e televisão com recepção organizada, visando a atender demandas da população adulta que transcendam o âmbito do ensino básico. O Governo espera, pois, atuando em articulação com os Estados e Municípios, contar com a colaboração de toda a sociedade, por intermédio de suas entidades representativas — igrejas, sindicatos, empresariado, órgãos estudantis, mormente universitários, clubes de serviço, associações de ensino — e voluntários que disponham de tempo e qualificação para contribuir nessa importante tarefa.

Ao instituir a Fundação Educar, o Governo José Sarney dispõe-se a desenvolver uma ação em profundidade: não meramente um movimento ou campanha, mas um verdadeiro programa: não apenas de alfabetização, mas de educação.

Por isso o Governo da Nova República ao iniciar no ano de 1986, esta jornada espera que, por esse itinerário, tecia uma política social, fiel ao ideal democrático de assegurar a igualdade de oportunidades e a participação de todos na promoção e nos frutos do desenvolvimento.

*Marco Maciel é ministro da Educação